

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

O MUNDO ESTÁ MAIS PERIGOSO

RELATÓRIO ANUAL

A Situação dos Direitos
Humanos no Mundo

PORTUGAL

Maioria de crimes de ódio
denunciados são arquivados

IVG NO PAÍS

Uma opção sem escolha
em Portugal



6

Dossiê: O mundo está mais perigoso



10

Relatório anual da Amnistia International Portugal



28

Acolher com dignidade: comunidades que transformam vidas



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Equipa Editorial:

Direção - Miguel Marujo

Paginação e gráficismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número:

Ana Teresa Santos, Fábio Godinho, Inês Subtil, João Godinho Martins, Luísa Marques, Rodrigo Cardoso, Vanda Machado e Vera d'Orey Mayan

Revisão: José Alexandre Silva

Imagem da capa: ©Paulo Tavares

Impressão: Jorge Fernandes Lda

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua Dr. José Joaquim de Almeida, N.º2,
3.º Andar - A e B, 2780-337 Oeiras

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt/



EDITORIAL

MIGUEL MARUJO

Diretor de Comunicação

A PAZ NÃO SE FAZ PELAS ARMAS

Este é um mundo em permanente sobressalto: todos os dias, quando esperamos alguma centelha de novidade, pacificação ou humanidade, tudo tropeça em mais beligerância, mísseis e vozes que insistem no autoritarismo e na força para subjugar os outros, pelo medo ou pela fraqueza.

2024 já não ia nada bem, 2025 prova que há sempre um passo mais a dar em direção ao abismo. O pior disto tudo é que há sempre quem esteja disponível para justificar genocídios, defender bombardeamentos e até senhores que acham que o melhor caminho para a paz é armar-se até aos dentes.

(Já notaram que estes senhores da guerra — da NATO, de Israel, dos EUA, da Rússia, do Sudão, da China, e de tantas outras geografias — nunca vão à guerra? Têm sempre jovens e menos jovens, a quem obrigam a ir morrer por essa entidade abstrata que é a pátria).

O relatório de que vos damos conta nas páginas desta revista, sobre A Situação dos Direitos Humanos no Mundo 2024-2025, foi divulgado no final de abril de 2025. Desde então, temos a ideia de que o documento, que analisa a situação em 150 países, já está desatualizado. É o tal sobressalto de um mundo que não tem tempo de olhar pelo ombro, para ver como correram

as coisas; logo, o presente nos obriga a ver em frente para não cairmos nas armadilhas que nos plantam.

Bastam alguns exemplos:

a guerra Israel-Irão, que também contou com mísseis americanos, por causa de um pressuposto que alimenta ataques idênticos há mais de dez anos; a fome de Gaza, que é gerida como se tratasse de um reality show por uma fundação americana, com militares israelitas à espreita a dispararem contra os palestinianos, porque receberam ordens para o fazer; o forte investimento em armamento que nunca trará a paz, nem construirá pontes entre os povos.

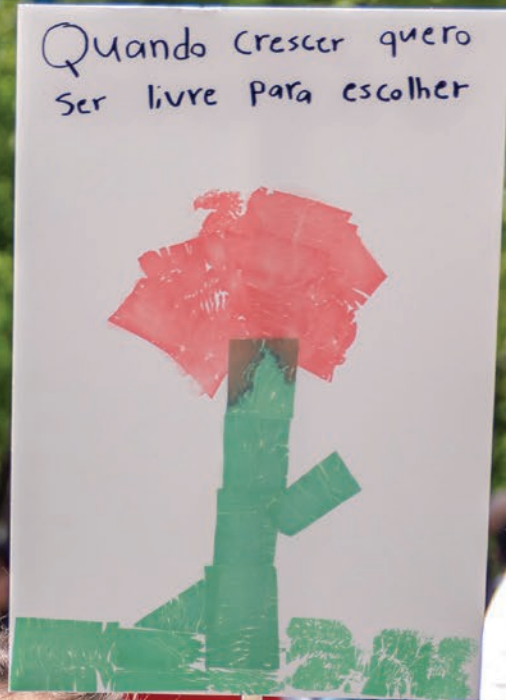
A melhor defesa não é o ataque, é o diálogo. E não é só fora de portas: por cá, em Portugal, depois das eleições, temos o crescimento de um discurso de ódio, irracional, sem qualquer sustentação em factos, que se alimenta de perceções, dados falsos e um racismo que se mascara de humanismo. São os factos que devem ajudar ao debate sério, construtivo e responsável.

Também por isso a Amnistia Internacional — no âmbito do seu trabalho de defesa e proteção dos direitos sexuais e reprodutivos — lançou um importante relatório sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez,

para concluir que, 18 anos depois da aprovação da lei, permanecem barreiras ao acesso à IVG em Portugal.

Com esta investigação, a Amnistia Internacional – Portugal deixa também um conjunto de recomendações para garantir o acesso ao aborto a todas as pessoas que dele necessitem e em conformidade com o direito e as normas internacionais.

Que o debate aconteça!





Cinquenta anos depois da primeira manifestação do 25 de Abril, e 50 anos sobre as primeiras eleições livres em Portugal, para a Assembleia Constituinte, a Amnistia Internacional saiu à rua para celebrar a liberdade e a democracia, valores que infelizmente vemos cada vez mais ameaçados a nível global e que, por isso, urge proteger.

Depois de quase meio século de ditadura, a 25 de abril de 1975 os portugueses foram às urnas. Até então, os portugueses viveram condicionados por uma longa lista de proibições legais, um clima de medo e estavam sujeitos a um poderoso instrumento político de controlo, que promovia a autocensura. As pessoas e jovens tinham um acesso muito limitado à educação, à saúde e, em muitos casos, à habitação.

Com a revolução do 25 de Abril, tudo mudou. Hoje podemos escolher, podemos expressar-nos, podemos exercer os nossos direitos, mas também os nossos deveres, numa sociedade democratizada.

Celebrar o 25 de Abril, é celebrar a democracia! Por isso, a Secção Portuguesa preparou a iniciativa “Vote Pelos Direitos Humanos”, um conjunto de 13 recomendações que sinalizam aos partidos políticos as áreas prioritárias para a salvaguarda das necessidades da população e a defesa de direitos conquistados.

Depois das eleições de maio, a Amnistia Internacional criou e tomou uma posição, recordando aos novos deputados eleitos e ao Governo empossado que têm a obrigação de proteger, respeitar e cumprir os direitos humanos nas suas políticas e abordagens. O momento exige que Portugal possa contar com um Governo e um Parlamento empenhados na defesa da democracia nas ações e nas palavras e em colocar os direitos humanos no centro das suas ações e decisões políticas na atual legislatura.

O MUNDO ESTÁ MAIS PERIGOSO.

Também com Trump

DOSSIÊ

O ano de 2024 antecipava já aquilo que os primeiros 100 dias da administração Trump vieram destapar — e acelerar — nos Estados Unidos da América, e de forma mais generalizada no mundo. Esta leitura está inscrita e detalhada no relatório anual da Amnistia Internacional, *A Situação dos Direitos Humanos no Mundo 2024-2025*, divulgado no final de abril de 2025 e que avalia a situação em 150 países. O mundo está mesmo mais perigoso com Donald Trump.

Este relatório identifica, nas suas 410 páginas, o aumento das práticas autoritárias e a repressão cruel da dissidência em todo o mundo, a escalada catastrófica dos conflitos armados e a forma como os fracassos globais na abordagem das desigualdades, o colapso climático e as transformações tecnológicas estão a pôr em perigo as gerações futuras. E também discute como a administração americana acelerou essas tendências prejudiciais e profundamente

enraizadas ao longo dos primeiros 100 dias de mandato de Trump, destruindo as proteções internacionais de direitos humanos e colocando em risco milhões em todo o planeta.

Este “efeito Trump” agravou os danos causados por outros líderes mundiais ao longo do ano de 2024, corroendo décadas de trabalho metódico para construir e fazer avançar os direitos humanos universais para todos e acelerando o mergulho da humanidade numa nova era de brutalidade caracterizada pela mistura de práticas autoritárias e ganância corporativa.

“Ano após ano, temos alertado para os perigos do retrocesso dos direitos humanos. Mas os acontecimentos deste ano — sobretudo o genocídio dos palestinianos em Gaza, transmitido em direto, sem que seja ouvido por Israel — mostraram como o mundo pode ser infernal para tantas pessoas quando os Estados mais poderosos rejeitam o direito internacional e ignoram as

instituições multilaterais”, apontou então Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional.

A Situação dos Direitos Humanos no Mundo documenta repressões cruéis e generalizadas contra a dissidência, uma escalada catastrófica dos conflitos armados, esforços inadequados para fazer face ao colapso climático e uma crescente reação negativa a nível mundial contra os direitos dos migrantes, refugiados, mulheres, raparigas e pessoas LGBTI.

UMA DOENÇA MUITO PROFUNDA

Agnès Callamard notou que este é um processo contínuo. “Sejamos claros: esta doença é muito mais profunda do que as ações do Presidente Trump. Há anos que assistimos a uma disseminação crescente de práticas autoritárias entre os Estados de todo o mundo, fomentadas por aspirantes a líderes e líderes eleitos que atuam voluntariamente como motores de destruição”.

A proliferação de leis, políticas e práticas autoritárias que visam a liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, documentada pela Amnistia Internacional em 2024, foi fundamental para a reação global contra os direitos humanos. Governos de todo o mundo procuraram fugir à responsabilização, entrincheirar-se no poder e incutir o medo, proibindo meios de comunicação social, dissolvendo ou suspendendo organizações não-governamentais e partidos políticos, prendendo críticos sob acusações infundadas de “terrorismo” ou “extremismo” e criminalizando defensores dos direitos humanos, ativistas do clima, manifestantes solidários de Gaza e outros dissidentes. Em vários países, as forças de segurança recorreram a detenções arbitrárias em massa, a desaparecimentos forçados e, frequentemente, a uma força excessiva – por vezes letal – para reprimir a desobediência civil. As forças de segurança de Moçambique desencadearam a pior repressão dos últimos anos contra os protestos, na sequência de eleições contestadas, causando a morte de cerca de 300 pessoas.

FRACASSOS REPETIDOS

À medida que os conflitos se multiplicavam ou aumentavam, as forças do Estado e os grupos armados atuavam de forma descarada, cometendo crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional humanitário que devastaram a vida de milhões de pessoas.

A Amnistia Internacional documentou o genocídio de Israel contra os palestinianos na Faixa de Gaza num relatório histórico e o seu sistema de apartheid e ocupação ilegal na Cisjordânia tornou-se cada vez mais violento. A Rússia matou mais civis ucranianos em 2024 do que no ano anterior, continuando a atacar infraestruturas civis e a sujeitar os

detidos a tortura e a desaparecimentos forçados. As Forças de Apoio Rápido do Sudão infligiram violência sexual generalizada a mulheres e raparigas, o que equivale a crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade, enquanto o número de pessoas deslocadas internamente pela guerra civil de dois anos no Sudão aumentou para onze milhões – mais do que em qualquer outro lugar do mundo. No entanto, este conflito suscitou uma indiferença global quase total.

Os Rohingya continuaram a ser alvo de ataques racistas em Myanmar, levando muitos a fugir das suas casas no estado de Rakhine.

“DÉCADA PERDIDA”

O relatório apresenta provas irrefutáveis de que o mundo está a condenar as gerações futuras a uma existência cada vez mais dura, graças ao fracasso coletivo em enfrentar a crise climática, inverter as desigualdades cada vez mais profundas e restringir o poder das empresas.

Em 2024, a pobreza extrema e a desigualdade dentro dos Estados e entre eles continuaram a agravar-se devido à inflação generalizada, à fraca regulamentação das empresas, ao abuso fiscal generalizado e ao aumento das dívidas nacionais. No entanto, muitos governos e movimentos políticos recorreram a uma retórica racista e xenófoba para fazer dos migrantes e dos refugiados bodes expiatórios da criminalidade e da estagnação económica. Entretanto, o número e a riqueza dos multimilionários aumentaram, enquanto o Banco Mundial alertava para “uma década perdida” na redução da pobreza global. “Todos os que acreditam na liberdade e na igualdade devem preparar-se para combater os ataques cada vez mais extremos ao direito internacional e aos direitos humanos universais”, sintetizou Agnès Callamard.



EUROPA OCIDENTAL, CENTRAL E SUDESTE

O estado das coisas na Europa ocidental, central e sudeste está refletida de forma crítica no relatório A Situação dos Direitos Humanos no Mundo. A discriminação, a estigmatização e o assédio com base na identidade, incluindo raça, religião, gênero e sexualidade, foram temas que atravessaram todos os aspetos da proteção e garantias dos direitos humanos. Os relatos de crimes de ódio aumentaram.

Na Europa, leis antiterrorismo excessivamente amplas e vagas foram utilizadas para suprimir a liberdade de expressão, associação e reunião. A polícia utilizou força desnecessária ou excessiva contra manifestantes pacíficos, tendo alguns sido privados da liberdade por atos pacíficos de desobediência civil. As tecnologias de vigilância foram amplamente utilizadas com um efeito intimidatório. Um arsenal de leis hostis e repressivas também foi utilizado para dissuadir e punir a solidariedade com os palestinianos ou as críticas ao genocídio de Israel contra os palestinianos em Gaza. O compromisso dos governos de toda a Europa com o direito internacional foi posto à prova e ficou aquém, com alguns responsáveis a tomarem medidas para

proteger o Estado de Israel de qualquer responsabilização.

O controlo das fronteiras teve precedência sobre os direitos dos refugiados e migrantes. A tortura e outros maus-tratos, particularmente de migrantes e pessoas com deficiência, continuaram a ser uma preocupação. Persistiram os desafios no acesso a cuidados afirmativos de gênero. A violência baseada no gênero continuou generalizada. O acesso à habitação, à segurança social e aos cuidados de saúde foi prejudicado. As catástrofes agravadas pelas alterações climáticas causaram estragos, particularmente nos Estados do sul da Europa.

DISCRIMINAÇÃO

Mulheres, negros, árabes, ciganos e outras pessoas e grupos racializados, bem como pessoas com baixos rendimentos, enfrentaram discriminação direta, afetando o seu acesso à segurança social, representação política, emprego e educação. Portugal arquivou a maioria das investigações de crimes de ódio. **Os governos devem abordar de forma significativa a discriminação sistémica, incluindo contra judeus, muçulmanos, negros, ciganos, pessoas LGBTI e migrantes.**

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO PACÍFICA

O direito à reunião pacífica foi severamente atacado, à medida que os Estados estigmatizaram e criminalizaram cada vez mais os manifestantes pacíficos, impondo restrições injustificadas e punitivas e recorrendo a meios cada vez mais repressivos para reprimir a dissidência.

O espaço para todos exercerem os direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica deve ser protegido contra abusos do Estado sob vários pretextos.

TRANSFERÊNCIAS IRRESPONSÁVEIS DE ARMAS

Os governos devem suspender as transferências de armas para países onde existe um risco substancial de estas serem utilizadas para cometer ou facilitar graves violações dos direitos humanos.

DIREITO À VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO

Todas as alegações de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio devem ser objeto de investigações imparciais e independentes, incluindo através do princípio da jurisdição universal.



DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Os países europeus e a União Europeia não introduziram práticas para dar prioridade à proteção da vida dos refugiados e migrantes em detrimento do controlo das fronteiras.

Os governos devem garantir que todas as pessoas vítimas de perseguição e de violações dos direitos humanos tenham acesso à segurança e à proteção internacional e que ninguém seja devolvido a um risco real de graves violações dos direitos humanos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos contra migrantes e pessoas com deficiência continuaram a ser motivo de preocupação. **Os governos devem agir com urgência para pôr fim à tortura e outros maus-tratos, levando os perpetradores à justiça.**

VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Vários países adotaram alterações legislativas para combater a impunidade da violência sexual. No entanto, a violência baseada no género continuou a ser generalizada. Os homicídios de mulheres principalmente por parceiros e ex-parceiros continuaram a um nível

elevado, de modo alarmante, incluindo na Bulgária, Croácia, Alemanha, Grécia, Itália, Montenegro, Portugal, Espanha e Turquia. **Os governos devem pôr fim à impunidade para todos os tipos de violência baseada no género.**

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Alguns países tomaram medidas positivas para eliminar as barreiras ao acesso ao aborto. No entanto, o aborto continuou amplamente criminalizado e as barreiras ao acesso ao aborto persistiram em muitos países. A recusa em prestar cuidados de aborto por motivos de consciência ou religião continuou a ser motivo de preocupação, incluindo na Croácia, Itália e Portugal. **Os governos devem garantir o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva abrangentes, incluindo o aborto seguro.**

DIREITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Houve obstáculos ao acesso das pessoas à segurança social. O direito à saúde foi prejudicado. O acesso à habitação continuou a ser um desafio significativo. **Os governos devem tomar medidas imediatas para garantir os direitos económicos e sociais de todas as pessoas, sem discriminação, incluindo a atribuição de recursos adequados e a**

garantia de proteção social universal e abrangente.

DIREITO A UM AMBIENTE SAUDÁVEL

Vários países enfrentaram catástrofes, incluindo inundações, incêndios florestais e calor extremo, agravados pelas alterações climáticas induzidas pelo homem. Temperaturas recorde atribuídas às alterações climáticas causaram mortes na Grécia e em Portugal.

Os governos devem eliminar rapidamente o uso e a produção de combustíveis fósseis por meio de uma transição justa e acabar com todo o financiamento aos combustíveis fósseis. Devem também ampliar urgentemente o financiamento climático e o financiamento adicional dedicado a perdas e danos aos países de baixa renda.

DIREITO À PRIVACIDADE

Os governos devem parar de cair na criação de sociedades de vigilância.

2024

RELATÓRIO ANUAL

DA AMNISTIA INTERNACIONAL PARA PORTUGAL

Maioria dos crimes de ódio denunciados em Portugal são arquivados.



O alerta é uma das conclusões relativas à Portugal no Relatório Anual sobre a situação dos Direitos Humanos em 2024, lançado em abril. O mesmo apelo foi reforçado, em junho, pelo Conselho da Europa que pede investigações eficazes aos crescentes casos de violência em Portugal nos últimos anos.

Os crimes de ódio são apenas um dos temas abordados na entrada de Portugal no relatório anual da Amnistia Internacional e que reproduzimos em baixo. Entre os principais destaques estão ainda os dados avançados pelo Mecanismo Nacional de Prevenção da Provedoria da Justiça sobre as denúncias de tortura e maus-tratos nas prisões portuguesas, os problemas

de acesso à interrupção voluntária da gravidez em todo o território nacional, e as dificuldades de conseguir habitação a preços acessíveis.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em julho, na sequência de visitas a 17 prisões em 2023, o Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP) do Gabinete do Provedor de Justiça informou ter encontrado maus-tratos a pessoas detidas em quase metade das prisões visitadas. O MPN manifestou a sua preocupação com o facto de as autoridades não investigarem e não partilharem com os procuradores relatórios credíveis de maus-tratos. O MPN também registou as condições degradantes vividas por dezenas de migrantes enquanto estiveram detidos no Aeroporto de Lisboa. Estas condições incluíam serem obrigados

a dormir nas salas de interrogatório e nas zonas de embarque internacional, nalguns casos durante seis noites.

USO EXCESSIVO E DESNECESSÁRIO DA FORÇA

Em outubro, na Cova da Moura, Amadora, um agente da polícia matou a tiro Odair Moniz, um cozinheiro de 43 anos, afrodescendente, em circunstâncias pouco claras. O assassinio foi seguido de dias de agitação contra a violência policial em vários bairros da capital, Lisboa. Foi aberto um inquérito.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As autoridades continuaram a restringir a organização de manifestações pacíficas. Basearam-se em legislação com décadas de existência para impor

encargos e responsabilidades aos organizadores de reuniões pacíficas, bem como em disposições vagas que criminalizam atos considerados como perturbadores da “ordem e tranquilidade públicas”.

Em janeiro, o então Ministro da Administração Interna ordenou uma investigação às alegações de que a polícia tinha efetuado revistas abusivas a duas ativistas pelo clima, detidas após um protesto, e também mantido todos os ativistas detidos algemados durante mais de dez horas. Em fevereiro, uma contramanifestação pacífica a uma manifestação de extrema-direita foi, alegadamente, dispersada sem aviso e com recurso a força excessiva.

A Inspeção-Geral da Administração Interna iniciou uma investigação sobre as alegações de que o uso de bastões pela polícia tinha levado vários contramanifestantes a necessitarem de tratamento médico, incluindo fraturas nas costelas. Em julho, oito ativistas do clima, que interromperam o trânsito, durante um curto espaço de tempo, num protesto pacífico, receberam penas de prisão suspensas de 18 meses.

VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

Em fevereiro, a Procuradoria-Geral da República informou que, em 2023, a violência doméstica tinha provocado 22 mortes, das quais 17 mulheres e duas crianças; 72% dos homicídios foram cometidos por parceiros ou antigos parceiros.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG) não estava garantido em todo o país, devido ao facto de as autoridades não terem regulamentado adequadamente as recusas por objeção de consciência de pessoal médico para realizar IVG.

DISCRIMINAÇÃO

O Procurador-Geral informou em outubro que apenas 17 ações penais tinham resultado de investigações a 895 crimes de ódio cometidos entre 2020 e o primeiro semestre de 2024, enquanto 761 dos casos foram arquivados. Não foram recolhidos dados desagregados sobre estes crimes de ódio. O elevado número de processos por crimes de ódio manteve-se relativamente ao ano anterior. Em outubro, a polícia excluiu a motivação racial em três ataques separados de seis homens contra cidadãos argelinos e marroquinos na cidade do Porto. Em junho, na sequência de uma visita ao país, o Comité contra o Racismo e a Intolerância do Conselho da Europa alertou Portugal para a necessidade de melhorar as condições de habitação da população de etnia cigana e de reforçar as medidas de combate aos crimes de ódio.

DIREITO A UM AMBIENTE SAUDÁVEL

Em maio, um estudo científico, revisto por pares, sobre as mortes relacionadas com as ondas de calor, revelou que Portugal foi um dos 20 países mais afetados a nível mundial nos últimos 30 anos, com 650 mortes por ano entre 2010 e 2019. Um outro estudo mostrou que a vaga de calor, que atingiu Portugal em julho, não teria ocorrido sem as alterações climáticas induzidas pelos humanos.

Em setembro, incêndios florestais devastaram o Norte de Portugal, causando cinco mortos e centenas de feridos.

Em outubro, o Governo aprovou medidas para atenuar as alterações climáticas, aumentando o consumo de energias renováveis para 51% até 2030, ultrapassando assim o objetivo global da União Europeia de 42,5%.

DIREITO À HABITAÇÃO

Em maio e setembro, o Governo revogou as medidas introduzidas pelo programa “Mais Habitação” para fazer face à escassez de habitação a preços acessíveis. Foram manifestadas preocupações quanto ao facto de a eliminação da medidas como o congelamento das rendas e a regulamentação do arrendamento de curta duração poderem agravar a escassez de habitação a preços acessíveis. Em março, o Instituto Nacional de Estatística estimou que quase 13% de toda a população vivia em habitações sobrelotadas. Entre as pessoas em risco de pobreza, 27,7% vivem em condições de sobrelotação.

Dados publicados em junho pela Inspeção-Geral das Finanças estimam que 60% dos inquilinos não tinham contrato de arrendamento registado ou vigente.



Disponível em:

www.amnistia.pt/relatorio2025pt



UMA OPÇÃO SEM ESCOLHA



©Rita M. Pereira

AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL

RECOMENDA RETIRAR A IVG DO CÓDIGO PENAL

33 pessoas foram condenadas por “crimes de aborto” em Portugal desde 2007

Novo relatório “Uma opção sem escolha: A Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal” identifica várias barreiras no acesso a este procedimento médico, nomeadamente desigualdades nas regiões dos Açores e do Alentejo e no facto da legislação portuguesa prever um dos prazos gestacionais mais baixos da Europa. Documento avança ainda com 13 recomendações.

“Fui descartada [da possibilidade de fazer o aborto em Portugal] devido a um erro”. Imigrante brasileira, a viver na zona do Porto há pouco mais de dois anos e meio, Natália (nome fictício) encontrou uma solução em Espanha que deste lado da fronteira seria crime. Tinha pouco mais de 13 semanas de gestação quando interrompeu a gravidez no país vizinho, depois de uma ecografia de datação feita no Centro Materno-Infantil do Norte que terá equivocadamente apontado que Natália já teria ultrapassado o prazo legal permitido em Portugal, que é de 10 semanas e 6 dias.

É um dos limites gestacionais mais baixos na Europa, a par da Croácia, do Montenegro, da Sérvia, da Bósnia-Herzegovina, da Eslovénia e da Turquia. A maioria dos países no velho continente permite a interrupção por opção da pessoa grávida pelo menos até às 12 ou as 14 semanas. No topo, estão os Países Baixos cujo prazo legal é de 24 semanas, seguidos da Islândia, com 22 semanas e da Suécia, Dinamarca e Noruega, onde

fazer uma interrupção voluntária da gravidez é possível até às 18 semanas de gestação.

Segundo a investigação da Amnistia Internacional – Portugal (AI PT) casos como o de Natália podem ser muito mais comuns do que se possa pensar. Em 2022 e 2023, entre as mais de 1300 que foram a Espanha interromper a gravidez, dois terços fizeram-no após a 11ª semana, ou seja, quando a realização deste procedimento em Portugal, mesmo cumprido todos os requisitos da lei, seria crime. Os dados enviados pelo Ministério da Saúde espanhol à AI PT¹ permitem ainda perceber que esta é uma tendência crescente.

Por outro lado, analisando as informações que foram partilhadas pela Direção-Geral de Política de Justiça² (DGPJ) com a Amnistia Internacional – Portugal, desde a publicação da Lei nº16/2007 em abril desse ano, que resultou da vitória do “SIM” no referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez

(IVG) em Portugal, e 2024, foram registadas 159 denúncias por alegados “crimes de aborto”³ pelas autoridades policiais portuguesas (uma média de cerca de 9 registos por ano). O ano com mais participações foi 2012 (14 registos), seguido de 2016 (14 registos) e 2020 (11 registos). Em 2024, foram registadas seis denúncias. Até 2023, 58 arguidos



responderam em tribunal (1ª instância), dos quais 33 pessoas foram condenadas no final do julgamento em 1ª instância, 20 absolvidas/sem provas e em 5 casos a DGPJ aponta outros motivos para a classificação dos processos. Apesar destes números não nos permitem saber em que circunstâncias ocorreram estas alegações, nem se os arguidos eram pessoas grávidas que procuraram, tentaram ou efetuaram uma interrupção da gravidez, profissionais de saúde ou terceiros que possam ter assistido, tentado ou efetuado estes procedimentos e em que condições, a informação que nos dão é clara: fazer um aborto em Portugal ainda pode ser considerado “crime”.

De acordo com as conclusões do relatório da AI PT a situação é igualmente preocupante em termos das desigualdades territoriais no acesso à IVG, em especial nas regiões dos Açores e do Alentejo. Segundo o último relatório da Direção-Geral da Saúde⁴ para 2023, das 158 pessoas nos Açores que realizaram IVG, cerca de 9% fizeram-no na sua região de residência. Por outras palavras, no ano passado realizaram-se apenas 14 interrupções da gravidez até às dez semanas na região dos Açores, todos no Hospital da Horta, na ilha do Faial. Isto significa que 144 pessoas tiveram de se deslocar ao continente para fazer uma IVG.

No entanto, as informações recolhidas pela Amnistia Internacional - Portugal, em maio de 2025, apontam para um agravamento da situação devido ao facto de terem deixado de existir no Hospital da Horta e no Hospital da Ilha Terceira, médicos que realizem estes procedimentos⁵.

Também na região do Alentejo, em 2023, das 696 interrupções da gravidez solicitadas por pessoas

residentes na região, apenas 190 (27%) foram efetuadas em hospitais da mesma região⁶. Entre os motivos para a existência destas disparidades na realização de IVG no território nacional, estão as recusas médicas por motivos de consciência.

No relatório da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde que analisou 38 dos 44 estabelecimentos oficiais reconhecidos pelo Ministério da Saúde para prestar os cuidados de saúde relacionados com o aborto, a falta de profissionais “não objetores” foi apontada como a principal justificação em dez das onze unidades em que não se efetuam IVG.

Para garantir que os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas que podem engravidar são protegidos,



respeitados e cumpridos, fazemos as seguintes recomendações às autoridades portuguesas:

- Garantir o acesso a serviços, bens e informações adequadas e abrangentes em matéria de saúde sexual e reprodutiva e adotar um quadro legal para os cuidados relativos à interrupção da gravidez, em conformidade com as Diretrizes da OMS para os Cuidados do Aborto de 2022, incluindo:

- **Descriminalizar totalmente a interrupção voluntária da gravidez, retirando-a do Código Penal,** aplicando-se a todas as pessoas envolvidas: a pessoa grávida, bem como aqueles que prestam ou auxiliam nos serviços de aborto;
- **Revogar o atual limite gestacional ou, no mínimo, alargar o limite de 10 semanas de gestação** para a IVG, a fim de aumentar o acesso aos serviços de aborto por opção da pessoa grávida e reduzir os atrasos e a necessidade de as pessoas se deslocarem a Espanha para abortar;
- **Revogar a exigência de um período de reflexão obrigatório** da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril;
- **Revogar a exigência de dois médicos diferentes para efetuar uma interrupção voluntária da gravidez** da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril;
- **Revogar a exigência de autorização do responsável legal para o acesso ao aborto para menores** da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril,
- **Garantir que as pessoas que procuram abortar não sejam sujeitas a aconselhamento obrigatório** ou tendencioso sobre o aborto, nos termos da Portaria n.º 741 (artigo 16.º), e garantir que o aconselhamento pré-aborto seja voluntário, confidencial, imparcial, não diretivo, acessível a todos e prestado por pessoal qualificado;

- Assegurar que as recusas de prestação de serviços de aborto legal

por parte dos prestadores de cuidados de saúde (incluindo por motivos morais ou religiosos) **não resultam na negação ou obstrução do acesso à interrupção da gravidez** por parte das pessoas grávidas que precisem ou desejem realizá-la. Para o efeito, assegurar que essas recusas sejam adequadamente regulamentadas e que haja um número suficiente de prestadores de cuidados de saúde dispostos a prestar cuidados de aborto e que os serviços estejam disponíveis a uma distância geográfica razoável, em estabelecimentos públicos em todas as regiões do país, incluindo a região Autónoma dos Açores;

- Assegurar que o aborto é um serviço de saúde plenamente acessível, integrando o aborto seguro (incluindo uma série de métodos de aborto à escolha) no âmbito da prestação de serviços globais de saúde sexual e reprodutiva, de bens e de informação, e garantindo que os serviços estejam disponíveis, sejam acessíveis, económicos e de boa qualidade para todos em todas as regiões, incluindo na região dos Açores, e que sejam prestados sem discriminação, coerção ou maus-tratos, e no respeito pela privacidade, confidencialidade e direitos humanos das pessoas grávidas;

- Garantir a disponibilidade de acesso a cuidados numa série de contextos (por exemplo, contextos formais de cuidados de saúde; centros de cuidados de saúde primários, secundários e terciários; clínicas móveis; e de teleconsultas de saúde) e de prestadores com formação adequada para assegurar o acesso a cuidados de aborto e à interrupção voluntária da gravidez, particularmente em contextos remotos e rurais, incluindo na região dos Açores;

- Tomar medidas para combater o estigma relacionado com o aborto e a interrupção voluntária da gravidez e as barreiras que lhe estão associadas, promovendo a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e sensibilizando

o público para os direitos das pessoas grávidas e para os serviços de saúde disponíveis, através da prestação de informações precisas em formatos acessíveis e através de vários canais.

- Expandir a formação dos estudantes de medicina e dos profissionais de saúde em matéria de aborto, IVG e de cuidados pós-aborto e de tratamento do aborto espontâneo de uma forma compassiva e ética. Isto deve incluir formação sobre os determinantes sociais e a necessidade médica do aborto e sobre cuidados éticos e adequados. A formação dos prestadores de cuidados de saúde deve também abranger a legislação e as políticas relevantes relacionadas com o aborto, a IVG e os direitos de todas as pessoas que podem engravidar.

- Recolher dados desagregados sobre os cuidados de saúde relacionados com o aborto e a IVG, a fim de poder identificar e abordar os fatores subjacentes que fomentam e promovem a discriminação de género, racial, étnica, de classe, de deficiência e outras formas de discriminação que contribuem para a opressão reprodutiva, promovem e perpetuam uma regulamentação restritiva e punitiva do aborto e alimentam o estigma e a discriminação contra as pessoas que procuraram, prestaram ou realizaram abortos ou IVG, ou que se presume que o tenham feito.

- Com base na recolha de dados referida na recomendação anterior, tomar medidas especiais para garantir que as pessoas grávidas de grupos desfavorecidos que necessitam de recorrer à interrupção voluntária da gravidez possam aceder a serviços e informações sem discriminação ou barreiras. Estes grupos incluem pessoas com rendimentos mais baixos, pessoas que vivem em zonas remotas e rurais, migrantes e refugiados, adolescentes, pessoas com deficiência, entre outros.

¹ A resposta e as informações do Ministério da Saúde de Espanha foram recebidas e consultadas pela Amnistia Internacional em abril de 2025.

² Dados da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça, de março de 2024, consultados em maio de 2025.

³ O crime de aborto inclui: o crime de aborto, a tentativa de aborto (artigo 140.º do Código Penal), o aborto agravado e a tentativa de aborto agravado (artigo 141.º do Código Penal).

⁴ Relatório de Análise dos Registos de Interrupção da Gravidez 2023, Direção-Geral da Saúde, Ministério da Saúde, publicado em dezembro de 2024.

⁵ Em resposta à Amnistia Internacional – Portugal enviada no dia 4 de junho de 2025, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, confirmou que não realiza interrupções voluntárias da gravidez, devido à recusa por motivos de consciência de todos os profissionais médicos do quadro. O hospital acrescenta que “as duas prestadoras de serviço que colaboram connosco regularmente, por escassez de recursos humanos, não têm no seu horário contratualizado, horas dedicadas à IVG”.

⁶ De acordo com os nº3 e 4, do artigo 12º da Portaria nº741-A/2007, de 21 de junho, relativa à “objeção de consciência”, os profissionais que se recusam a realizar interrupções da gravidez por motivos de consciência devem reencaminhar as pessoas grávidas “para os serviços competentes, dentro dos prazos legais”, já os “estabelecimentos de saúde oficiais em que a existência de objetores de consciência impossibilite a realização da interrupção da gravidez” devem adotar “sob coordenação da administração regional de saúde territorialmente competente, as adequadas formas de colaboração com outros estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos e assumindo os encargos daí resultantes”.



www.amnistia.pt/relatorio-ivg-portugal





Chow Hang-tung: Vitória num julgamento no tribunal de última instância de Hong Kong

Portugal

A 6 de março de 2025, o tribunal de última instância de Hong Kong decidiu a favor de três ativistas que organizavam a vigília de Tiananmen, incluindo Chow Hang-tung, anulando as suas condenações por não terem cumprido uma exigência da polícia de segurança nacional relativa a disponibilização de dados.

Ao ouvir o veredicto, Chow fez um sinal de vitória enquanto era levada pelos agentes prisionais. Os membros do público aplaudiram timidamente e felicitaram-na.

Embora continue na prisão à espera de julgamento por outras acusações relativas à quebra da lei de segurança nacional (previsto para o final de 2025), ela continua a defender os seus direitos e os dos outros prisioneiros.

Assine a petição a pedir a sua libertação imediata no nosso website:

www.amnistia.pt/peticao/libertem-chow-hang-tung/



©Privado



©Privado

Salma al-Shehab libertada

Arábia Saudita

Depois de estar presa desde 2018 por usar o Twitter para seguir, escrever e apoiar ativistas dos direitos das mulheres na Arábia Saudita, Salma al-Shehab, estudante de doutoramento da Universidade de Leeds e mãe de dois filhos, foi libertada da prisão a 10 de fevereiro de 2025.

Inicialmente condenada a 27 anos de prisão, por «espionagem a favor de interesses estrangeiros» e «conspiração contra o reino»,

num julgamento manifestamente injusto, em setembro de 2024, a pena de Salma foi reduzida de 27 para quatro anos de prisão, com mais quatro anos de suspensão.

A Amnistia Internacional apela agora às autoridades da Arábia Saudita que garantam que Salma não é sujeita a uma proibição de viajar ou a quaisquer outras medidas punitivas.



©Privado

Pena de morte de Rocky Myers nos EUA comutada

EUA

Rocky Myers, um homem negro com deficiência intelectual, estava no corredor da morte desde 1994, apesar de um processo judicial repleto de falhas e da ausência de provas que o ligassem diretamente ao crime pelo qual foi condenado.

O governador do Alabama comutou a pena de morte de Rocky Myers para prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional, a 28 de fevereiro de 2025. Esta é apenas a segunda clemência concedida a uma pessoa no

corredor da morte no Alabama desde 1976. A primeira foi concedida a uma mulher branca em 1999.

Rocky Myers foi um dos casos global da Maratona de Cartas 2023/2024, na qual centenas de milhares de pessoas de todo o mundo assinaram uma petição pedindo à governadora do Alabama, que comutasse a sua pena de morte. A Amnistia Internacional opõe-se incondicionalmente à pena de morte, em todos os casos e em todas as circunstâncias.



©Amnesty International

Ativista e jornalista russa, Natalya Filonova, libertada da prisão

Rússia

Natalya Filonova foi libertada da prisão a 4 de março de 2025, após cumprir a totalidade da sua pena de dois anos e dez meses de prisão. Natalya está agora livre e reunida com a sua família, incluindo o seu filho.

Natalya foi detida em Ulan-Ude, na Rússia, a 26 de setembro de 2022, durante um protesto em oposição à mobilização de soldados para a guerra da Rússia contra a Ucrânia. De acordo com a acusação, Natalya atacou agentes da polícia enquanto era levada para o tribunal. Filonova teria batido no rosto de um agente da

polícia e espetado outro no rosto com uma caneta enquanto estava no transporte policial. A 31 de agosto de 2023, foi condenada a 2 anos e 10 meses de prisão ao abrigo do artigo 318.º (1 e 2) do Código Penal da Federação Russa - «uso de violência contra representantes das autoridades». O caso de Natalya é um exemplo de um padrão regularmente utilizado pelas autoridades russas: usar a acusação de uso de violência contra representantes das autoridades para processar ativistas que participam em manifestações.

Radioamador antiguerra Vladimir Rumyantsev está livre

Rússia

Vladimir Rumyantsev foi libertado a 21 de fevereiro, após quase três anos na prisão por protestar pacificamente contra a guerra na Ucrânia.

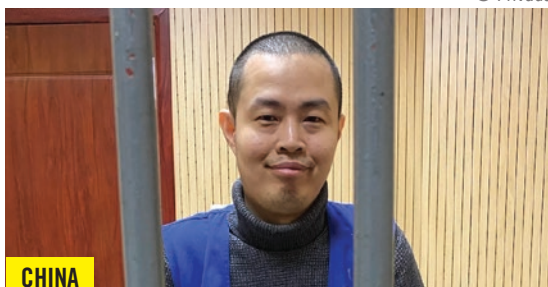
Vladimir Rumyantsev é um mecânico de caldeiras de Vologda, na Rússia. Construiu uma estação de rádio portátil para transmitir notícias sem censura sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia. A 14 de julho de 2022, Vladimir foi detido depois das autoridades rastream a origem do sinal de rádio. Foi acusado de «divulgação de informações falsas sobre o uso das

Forças Armadas» (artigo 207.3 do Código Penal). A 22 de dezembro de 2022, foi considerado culpado e condenado a três anos numa colónia penal. Após recurso sentença foi mantida em recurso em 13 de abril de 2023.

Vladimir Rumyantsev foi reconhecido como Prisioneiro de Consciência pela Amnistia Internacional e foi uma das principais pessoas em risco com quem a Amnistia Internacional trabalhou em 2024 no âmbito da campanha «Protege a Liberdade».



© Vladimir Rumyantsev



CHINA

LIBERDADE PARA O CINEASTA CHINÊS CHEN PINLIN

O mais recente movimento que abalou o poder do governo da China foi o Movimento das Folhas em Branco, que surgiu como reação às restrições impostas perante o ressurgimento da Covid-19. A inexistência de liberdade de expressão foi exposta pelos estudantes que exibiam folhas em branco, símbolo da proibição de se exprimirem.

Durante esse Movimento, Chen Pinlin e os seus amigos filmaram vários vídeos na Rua Central de Urumqi, local de um grande protesto em Xangai. Um ano depois dos protestos, em novembro de 2023, Chen finalizou e publicou as imagens na internet, num documentário a que chamou Rua Central de Urumqi, também chamado de “A Força Não Estrangeira”.

No final desse mês, Chen Pinlin foi detido pelas autoridades chinesas por “provocar desacatos e causar problemas”. Em janeiro de 2024, Chen foi formalmente preso pela mesma acusação; A 18 de fevereiro de 2025, o seu caso foi transferido para o Ministério Público para julgamento.

Apele ao procurador que liberte Chen Pinlin imediata e incondicionalmente, pare de ameaçar e perseguir a família de Chen e outros indivíduos associados ao Movimento das Folhas em Branco, e aqueles que pacificamente exercem os seus direitos de liberdade de expressão e de associação.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/liberdade-para-chen-pinlin/



GLOBAL

TORNE O TIKTOK MAIS SEGURO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM TODO O MUNDO

Numa investigação publicada em novembro de 2023, que utilizou contas para simular adolescentes de 13 anos online, a Amnistia Internacional descobriu que, 20 minutos após criar uma nova conta e sinalizar interesse em saúde mental, mais de metade dos vídeos no feed «Para si» do TikTok estavam relacionados com problemas de saúde mental. Vários desses vídeos recomendados numa única hora romantizavam, normalizavam ou encorajavam o suicídio.

A forma invasiva do TikTok ganhar dinheiro faz com que a plataforma rastreie tudo o que os utilizadores fazem na plataforma para recolher informações sobre eles. Com essas informações, o TikTok tenta prever os seus interesses, estado emocional e bem-estar.

O TikTok está a tomar medidas para respeitar os direitos dos utilizadores mais jovens na Europa, não permitindo que sejam alvo de anúncios personalizados/com base no comportamento, mas ainda permite isso no resto do mundo, onde os direitos dos utilizadores mais jovens parecem ser menos valorizados.

Apele ao TikTok para proibir toda a publicidade direcionada a utilizadores mais jovens em todo o mundo e para parar de hiperpersonalizar o feed «Para si» por predefinição.

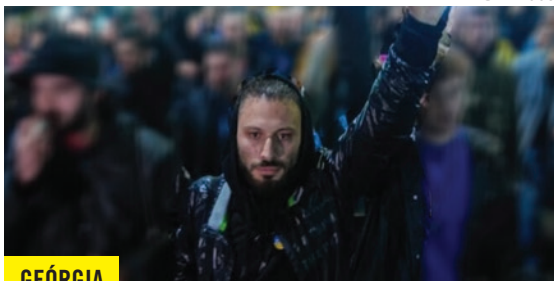
PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/tiktok-mais-seguro/



© Privado



GEÓRGIA

EXIJA RESPONSABILIZAÇÃO E JUSTIÇA PARA OS MANIFESTANTES NA GEÓRGIA!

Desde 29 de novembro de 2024, o povo da Geórgia tem protestado continuamente contra leis repressivas e a decisão do governo de suspender o processo de adesão à União Europeia (UE).

Apesar do Gabinete do Ministério Público ter documentado mais de 240 casos de tortura e maus-tratos a manifestantes, com 85 deles oficialmente reconhecidos como vítimas, os números provavelmente são maiores. Desafiando a repressão estatal, as manifestantes mulheres tornaram-se símbolos de coragem, mas também alvo de humilhação, abuso e violência psicológica, inclusive por parte das forças de segurança. No entanto, até à data, nenhum agente da polícia foi responsabilizado.

A não responsabilização das forças policiais por estas violações incentiva a impunidade e viola a Constituição da Geórgia e os compromissos internacionais em matéria de direitos humanos.

Exija ao Procurador-Geral da Geórgia que garanta que todos os casos de tortura e maus-tratos são investigados de forma rápida, independente e eficaz, que os suspeitos são responsabilizados e que as vítimas têm acesso a justiça e reparações adequadas.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/responsabilizacao-justica-manifestantes-georgia/



© Amnesty International



PORTUGAL

APOIE A REGULAMENTAÇÃO GLOBAL DO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO POLICIAL

Em todo o mundo, manifestantes pacíficos enfrentam ondas de repressão por parte das forças policiais e militares, em tentativas deliberadas de esmagar a dissidência. Embora armas menos letais, como gás lacrimogénico, balas de borracha, gás pimenta e bastões, sejam promovidas como alternativas mais seguras às armas de fogo, muitas vezes essas armas são usadas ilegalmente para assediar, intimidar, punir ou dispersar manifestantes, prejudicando o seu direito de reunião pacífica.

Leidy Cadena, de 24 anos, ficou cega durante um protesto na Colômbia. O mesmo aconteceu com Payu Boonsophon, de 29 anos, na Tailândia.

No Chile, Gustavo Gatica, de 26 anos, ficou cego dos dois olhos. Na França, Zineb Redouane, de 80 anos, foi morta quando, durante um protesto, uma granada de gás lacrimogénico a atingiu na cabeça. Enquanto não houver mecanismos de controlo eficazes baseados nos direitos humanos, mais casos como os de Leidy, Payu, Gustavo e Zineb continuarão a acontecer e os danos físicos e psicológicos aos indivíduos continuarão.

Exija ao governo português que apoie as Nações Unidas na criação de um Tratado de Comércio Livre de Tortura para regulamentar o comércio de equipamento policial.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/tratado-comercio-livre-de-tortura/



ENCONTRO EADH

BOLSA DE FACILITADORES EM EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS



O ativismo ao serviço da educação

Todos os anos a Amnistia Internacional é convidada para ir a inúmeras escolas no país, para explorar assuntos de direitos humanos.

Muitas vezes no âmbito da Educação para a Cidadania, outras tantas porque os professores escolhem promover uma educação holística e integram nas suas aulas e projetos a abordagem dos direitos humanos.

Em todas as iniciativas procura-se sempre promover conhecimentos, capacidades e atitudes que permitam conhecer, exercer e reivindicar os direitos humanos e ajudar os jovens a exercer o seu papel na comunidade.

Este trabalho, que ocorre em todo o país e num grande número de escolas, bem como noutros espaços, era impossível sem a colaboração dos ativistas da Amnistia Internacional.

Os membros dos grupos de ativismo, mas também os ativistas a nível individual, são poderosos aliados para que a organização chegue a muito mais localidades e públicos.

Só no primeiro semestre deste ano a Amnistia esteve em 32 escolas e chegou a mais de 2000 jovens, explorando questões de direitos humanos, sensibilizando para as violações destes direitos, divulgando campanhas e promovendo o ativismo jovem.

A bolsa de facilitadores de educação para os direitos humanos é o espaço onde se reúnem todos estes ativistas que, em conjunto com a equipa executiva do departamento de juventude e educação para os direitos humanos, levam a cabo um trabalho estreito com as escolas.

Um espaço aberto a todos os ativistas que se interessam pela área, onde se promove a aprendizagem e capacitação contínua e onde todos aprendem com outros, quer sejam membros da Bolsa, quer sejam alunos e docentes nas escolas.

O Eduardo Torres (*ver caixa*) é um dos ativistas que colabora na bolsa.

O seu testemunho ajuda-nos a perceber a importância deste trabalho, que queremos continuar a desenvolver e levar a todos os cantos do país.

Para saber mais sobre esta e outras dimensões do nosso trabalho em educação para os direitos humanos,

visite: <https://sites.amnistia.pt/educacao/>

POR EDUARDO

Olá, chamo-me Eduardo, sou de Freamunde e estou na Amnistia desde 2022.

Entrei na Amnistia após ter participado no Encontro de Jovens Ativistas (EJA) de 2022, um encontro especial que trago no coração, em que aprendi muito e que me abriu bastante os horizontes. Desde aí, envolvi-me em diferentes oportunidades e ativismo jovem, desde a ondas de ação, maratona de cartas, campanha de angariação de membros e sucessivos EJA... Em 2023, surgiu a oportunidade de integrar a bolsa de facilitadores em educação para os direitos humanos.

A bolsa EDH é uma rede de pessoas espalhadas pelo país que ajudam a Amnistia a responder ao número substancial de pedidos de palestras que recebe, maioritariamente por escolas, para falar sobre os mais variados temas relacionados com os Direitos Humanos.

Na altura nem hesitei, queria uma forma mais próxima de me envolver com a Amnistia e esta era a forma perfeita para o fazer: conseguia dar a conhecer o trabalho da Amnistia, as formas como nós nos podemos envolver e, sobretudo, continuar a fazer ativismo para os Direitos Humanos, tudo isto muito adaptado à minha disponibilidade.

Nesse ano, dinamizei a minha primeira sessão, em uma escola de Gaia, com um grupo de alunos que estavam de Erasmus. A sessão foi sobre a Amnistia Internacional, o seu trabalho e as Violações de Direitos Humanos durante a ditadura e o 25 de Abril. Durante toda a preparação tive um grande apoio da equipa que me ajudou com ideias, materiais de pesquisa e estruturação da sessão e o resultado foi excelente. Adorei a experiência de poder partilhar o meu percurso com a Amnistia, dar a conhecer a nossa história a estudantes estrangeiros e ainda cativar mais pessoas a agir e dar uso à sua voz.

É excelente ter a oportunidade de conhecer mais jovens que se preocupam e que tem a vontade de mudar e agir. Recentemente, com um grupo mais pequeno, fiz um exercício reflexão sobre como certos grupos da sociedade sofrem exclusão e segmentação com especial foco na comunidade lgbtqi+, esta sessão teve uma dinamização completamente diferente: mais proximidade, mais debate e exposição de opiniões, sendo uma excelente oportunidade para esclarecer dúvidas, reforçar a empatia e refletir sobre o ódio interligado com a discriminação, o modo como este se constrói nas nossas cabeças e como nós o podemos ir desconstruindo assim como os nossos estereótipos e preconceitos.

Este meu percurso na bolsa tem me permitido aprender cada vez mais sobre os direitos humanos, desafiar-me com as novas sessões, continuando a fazer ativismo pelos direitos humanos levando-os mais longe, sendo um testemunho de que todos podemos nos envolver e fazer ativismo porque quando resistimos juntos, vencemos juntos.



Rui Freitas

1. O RUI É MEMBRO DA AMNISTIA INTERNACIONAL DESDE 2012. O QUE O MOTIVOU, NA ALTURA, A JUNTAR-SE À ORGANIZAÇÃO?

Foi um processo natural. Desde criança fui educado e incentivado a proteger os mais fracos e a ser solidário com todos. Isto associado a um espírito positivo inato, levou-me sempre a acreditar que um pequeno gesto de bondade, uma amabilidade ou uma simpatia, pode fazer a diferença no dia de alguém. Como acredito que a nossa vontade faz muito mais do que a maioria de nós acredita, sei que vale a pena começar por aí, pela vontade de fazer, de fazer mudar, de fazer entender e faço-o, sempre que posso.

Um dia, não sei quando, mas provavelmente um dia igual aos outros, senti vontade de fazer parte de algo maior. Informei-me das possibilidades e não tive de ir muito longe para que a Amnistia Internacional surgisse como a opção certa.

2. QUE ASPETOS DO TRABALHO DA AMNISTIA MAIS VALORIZA?

Tudo. É muito importante a credibilidade e a forma como a AI consegue mantê-la, não embarcando em sensacionalismos ociosos nem em notícias ou reportagens espetáculo. É fundamental o cuidado “fact checking” que a AI faz antes de tomar uma posição, evitando lançar falsos alarmes. Valorizo muito a serenidade e a contenção, porque quem assume esta batalha não pode perdê-las (por muito difícil que por vezes seja conseguí-lo) sem correr o risco de perder a lucidez,

e reagir em choque e precipitadamente. Naturalmente que valorizo os muitos olhos e olhares em permanente observação das zonas críticas da sociedade.

3. A AMNISTIA É UMA ORGANIZAÇÃO APARTIDÁRIA, MAS INEVITAVELMENTE TRABALHA EM CONTEXTOS POLÍTICOS. COMO ENTENDE A RELAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E AÇÃO POLÍTICA?

Tudo na nossa sociedade se rege de um modo ou de outro por decisões políticas e parece-me impossível fugir a este paradigma. A anarquia é política. Os pais e mães que tenham duas crianças em casa fazem permanentemente ação política seja na gestão dos seus direitos e obrigações, ao estabelecer as prioridades nas suas tarefas ou ao decidir qual das duas num determinado momento tem mais necessidade de atenção. Até ao decidirem agir como exemplo estão a fazê-lo.

A luta pelos direitos humanos vai, a meu ver, diretamente ao encontro do significado original grego, do termo política como administração da polis e é, por isso, necessariamente política. Não devemos, porém, confundir ação política com ação partidária. Não podemos, nem queremos, ignorar o peso que os partidos políticos têm na sociedade, mas temos antes de mais, de fazer a sociedade entender que, quando apoiamos ou criticamos a mensagem de um partido, não é, numa primeira análise, o partido que nos importa, é sim, a mensagem. Depois, as ideias na origem dessa mensagem e finalmente as ações a que

essa mensagem possa levar. Sucede que quando os direitos humanos são postos em causa e a sua defesa comprometida, chocamos muitas vezes de frente, não com indivíduos isolados, mas então sim, com partidos extremistas, para os quais os direitos humanos são um empecilho. São maioritariamente grupos com organização tribal reunidos em volta de uma personalidade narcisista e que pensam em bloco. Ao contrário dos partidos democráticos, não há espaço para ideias individuais, estas são plantadas pelo líder que, rodeado de um núcleo duro de adoradores, pensa pelo grupo e decide como o grupo pensa. Paradoxalmente, não são democráticos, mas é a democracia que lhes dá razão de ser. Neste ponto, devemos, se calhar prestar atenção ao Paradoxo da democracia esboçado por Platão (que não foi particularmente defensor da democracia) trazido aos nossos dias por Karl Popper, que nos alerta para o perigo de ser democráticos para quem, se tiver oportunidade, destruirá a democracia. Mas a política deve ser um meio e não um fim e é preciso informação esclarecida, iluminista, porque são ideias que combatem ideias.

4. ACREDITA QUE É POSSÍVEL FAZER UMA DEFESA FIRME DOS DIREITOS HUMANOS SEM QUE ISSO SEJA PERCEBIDO COMO UM POSICIONAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO?

Penso que é necessário que assim seja. Há milhões de seres humanos que vivendo em regimes livres

abdicam voluntariamente da sua liberdade de escolha não escolhendo, ou tendo escolhas pré formatadas e permanentes. Fazem-no, por preguiça ou por conformismo, fazem-no em uso pleno da liberdade, não entendendo o quão perto podem estar de deixar de tê-la. Delegam em terceiros, sejam o governo nacional, o líder partidário, ou o administrador do condomínio, decisões que podem ser críticas para as suas vidas.

Pessoas que acreditam pensarem como elas, e que defenderão os seus interesses. Essa delegação acrítica nasce de um compromisso mútuo fictício, quase sempre unilateral e muitas vezes mal informada que as leva a dispensarem-se de questionar e de perguntar “e se?”.

A defesa dos direitos humanos e a entrega da mensagem humanitária, de alerta contra os perigos que teimam em aumentar, a maledicência, a vulgarização do ódio gratuito, da exclusão, deve tentar alcançar todos, independentemente do seu posicionamento político-partidário, e mesmo aqueles que apoiam as organizações que facilitam o crescimento desses perigos, porque algumas dessas pessoas, podem precisar apenas de ser informadas e esclarecidas. Neste sentido e para que esta luta alcance toda a todos é imprescindível que quem se entrega a ela permaneça aos olhos da sociedade, isento de simpatias partidárias e afastada de juízos de valor de caráter político.

Para o bom e para o mau, uma mensagem que chegue a todos é uma mensagem conseguida.

5. QUE SUGESTÕES DEIXARIA À AMNISTIA PARA MELHORAR O SEU DIÁLOGO COM OS MEMBROS E A SOCIEDADE CIVIL?

A nossa arma é a palavra e a nossa força são as ideias.

Todos nós, humanos, temos esta bagagem. Todos nós, humanistas temos a obrigação de lhe dar uso até ao limite das nossas forças.

É vital que a sociedade em geral, esteja ciente de que a Amnistia Internacional valoriza acima de tudo a defesa dos valores democráticos, solidários e humanistas, e que repudia o discurso de ódio, a intolerância, o racismo, a misoginia, a exclusão da diferença e a violência em geral. E que o apoio ou rejeição destes valores e das ideias inerentes, não depende primeiramente de quem as propaga, mas sim das ideias em si, da sua raiz.

Demonstrar à sociedade que a Amnistia não é contra nem a favor de ninguém em primeiro lugar, mas antes defende ou repudia ideias e sim, o seu reflexo em comportamentos.

Quando o foco da nossa atenção na defesa dos direitos humanos se dirigo aos partidos políticos, não devemos parecer sequer contaminados por qualquer simpatia partidária nem confundir aqueles com os quais não simpatizamos, ou não gostamos com os verdadeiros inimigos dos nossos valores. Quem de nós não conhece ninguém que se, ao receber uma mensagem com caráter político, detetar algum código que sinalize uma aproximação a um partido da ala oposta à sua, não a rejeita sem sequer ler, por considerá-la “contaminada”? Os que defendem a democracia e os valores humanistas, devem lutar por estas causas lado a lado, reforçando-se e não dispersando-se em processos autofágicos.

6. COMO HUMANISTA E DEFENSOR DA RAZÃO E DA LIBERDADE, QUE DESAFIOS VÊ HOJE PARA QUEM LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL?

Todos nós, individualmente, temos de fazer permanentemente ações de sensibilização. Quase sempre existe um propósito, e nunca é tempo perdido. Com os filhos, ou com os pais, com familiares e amigos, com alunos, com colegas, com vizinhos, no supermercado, a falar de moda ou de futebol, e não é fácil.

Torna-se cansativo porque muitas vezes sentimos que falamos sozinhos.

Qualquer pessoa que se disponha e se empenhe na luta pelos direitos humanos, embate contra muros invisíveis e inconfessados de apatia e conformismo. Enfrenta o aumento do individualismo e o desinteresse das pessoas em tudo o que não as afete pessoalmente e já. Não sou conspiracionista nem advogo um “eles, maus”, versus “nós, vítimas”, mas há um jogo de circunstâncias perversas que insiste em manter as pessoas distraídas, empurradas para as realidades alternativas das redes sociais ou outras, ao mesmo tempo que empurra órgãos de informação tradicionais para este situacionismo, substituindo notícias e reportagens por novelas noticiosas e historietas de bairro ocas e sensacionalistas porque é o que os seus públicos querem, porque preferem demitir-se de pensar. O aumento desta tendência, pode ter surgido de uma das faces negativas das redes sociais: a constituição de nichos informativos e de opinião concordante.

A maioria das pessoas escolhe os grupos sociais que refletem e fazem eco das suas opiniões, criando circuitos fechados de informação, à prova de contraditório. Têm sempre razão.

Tanto assim é, confortam-se, que todos à sua volta concordam consigo. Quem tem razão não precisa de ouvir os que “estão errados”. Quem sabe tudo, não tem mais nada para aprender.

O pensador e autor francês Yves Citton dizia há dias numa entrevista que “os partidos não têm eleitores têm públicos” com o que eu concordo, e que se vem demonstrando.

Em sentido contrário poderíamos fazer uma adaptação a este aforismo e dizer que os media deixaram de ter espectadores e passaram a ter seguidores.

É difícil trazer para a realidade quem se encontra por opção, entorpecido num sonho escolhido e feito à medida, mas não podemos esperar que alguém o faça por nós. Somos poucos por muitos.

O EXTREMISMO NÃO SE COMBATE COM INDIFERENÇA

RODRIGO CARDOSO
MEMBRO DA DIREÇÃO DA AI



No Dia de Portugal, o ator Adérito Lopes foi agredido por um grupo de extrema-direita. O ataque não foi um ato isolado, mas parte de um padrão cada vez

mais visível. A reorganização de movimentos neonazis, a sua crescente ousadia e a indiferença das instituições que deveriam proteger a dignidade humana.

A violência política em Portugal não desapareceu apenas se tornou mais subtil, mais estratégica, mais tolerada. Já não se esconde: desfila, agride, ameaça. E fá-lo num contexto em que o silêncio oficial é mais ruidoso do que qualquer palavra. Quando o Primeiro-Ministro se abstém de reagir, o que faz é ser negligente.

O que nos deve alarmar não é só a brutalidade do ataque, mas também o que representa enquanto amostra da violência imensa que se faz crescer.

Entre comentários nas redes, discursos parlamentares e conversas informais, há hoje um discurso de ódio que se naturaliza, que se apresenta como opinião legítima e que contamina o espaço público com conceitos eugenistas disfarçados de preocupação nacional.

É precisamente nestes momentos que o papel da Amnistia Internacional - Portugal se torna inegociável.

A missão de defesa dos direitos humanos não pode cingir-se a fronteiras ou contextos distantes. Quando o ódio se torna doméstico, também a resposta tem de o ser.

A vigilância, a denúncia, a ação pedagógica e o escrutínio do poder político são ferramentas indispensáveis de resistência democrática. Porque o silêncio institucional perante o extremismo não é neutralidade, é permissividade. E quando essa permissividade se torna regra, a democracia adoece. Não basta lamentar depois.

É agora que se decide se os direitos humanos são um princípio real ou uma mera fórmula decorativa.

Ficar calado é uma escolha. E nesse silêncio instala-se o intolerável.



©Zach Wear

DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE AGORA CAMINHAM JUNTOS: também no que escolhemos consumir

A app +Amnistia, que lhe oferece descontos como forma de agradecer o seu apoio à nossa missão, conta agora com um novo parceiro que muito admiramos: a **Eco-Oceano**, uma marca profundamente comprometida com a sustentabilidade e o respeito pelo planeta.

Mais do que uma loja ecológica, a Eco-Oceano é uma marca com alma, criada por Andreia Santos, mãe de três crianças e defensora incansável do ambiente:

"Foi precisamente a pensar neles e em todas as gerações futuras que, em julho de 2024, decidi criar uma marca com propósito: a Eco-Oceano."

Desde cedo que tanto a Andreia como a sua família adotaram práticas sustentáveis como a reciclagem e a redução do uso de plástico. Com um profundo respeito pelo mar e pela natureza, a **Eco-Oceano nasceu da vontade de inspirar e educar para uma mudança real**, através de produtos ecológicos, éticos e responsáveis.

Eco-Oceano é uma loja ecológica portuguesa, com uma seleção de produtos sustentáveis para o dia a dia, como escovas de bambu, garrafas reutilizáveis, palhinhas de aço inox, snacks saudáveis, entre tantos outros.

Uma das iniciativas mais inspiradoras da marca é a parceria com a **Ocean52**, que destina 52% dos lucros à proteção dos oceanos. Esta colaboração permite à Eco-Oceano disponibilizar **bebidas saudáveis e embalagens recicláveis**, sempre alinhadas com valores de consumo consciente e impacto positivo.



A escolha da Eco-Oceano como parceira da app +Amnistia representa o que mais valorizamos, o compromisso com a **justiça social, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental**. Tudo isto enquanto apoiamos pequenos negócios com impacto positivo.

A defesa dos **Direitos Humanos** começa nas grandes causas, mas também se estende às escolhas que fazemos todos os dias. O direito a um ambiente saudável, a condições de vida dignas e a um futuro sustentável está profundamente ligado à forma como produzimos, consumimos e cuidamos

do planeta. É por isso que, através da app **+Amnistia**, promovemos parcerias com marcas que, como a **Eco-Oceano**, colocam a sustentabilidade, a ética e o respeito pelo próximo no centro do seu propósito.

Ao escolher apoiar a **Amnistia Internacional**, está a erguer a sua voz por milhões de pessoas em nome da **liberdade, da justiça e da dignidade humana**. Mas o seu impacto não fica por aí. Quando utiliza os seus benefícios na **Eco-Oceano**, transforma cada gesto de consumo num ato de consciência.

Estará assim a apoiar uma marca que **protege os oceanos, reduz o plástico** e promove um **estilo de vida sustentável**, com a mesma visão de futuro mais justo e habitável para todos. Porque defender os Direitos

Humanos é também cuidar do planeta onde esses direitos devem florescer.

Ao fazer um donativo à Amnistia Internacional, recebe também descontos para usar na Eco-Oceano e em muitos outros parceiros que acreditam num mundo mais justo e habitável.

Descarregue a app na Apple Store ou na Google Store e comece a utilizar os seus benefícios!



LEGADO

HOMENAGEM A UMA VIDA DE CORAGEM E GENEROSIDADE

Algumas vidas deixam marcas profundas, mesmo quando vividas discretamente.

A da nossa estimada companheira, natural do Faial e cidadã do mundo, Maria Fátima Bettencourt Dart é uma dessas vidas.

Foi na Alemanha, onde viveu durante nove anos, que deu os primeiros passos como ativista num grupo local da Amnistia Internacional. Acreditava firmemente na dignidade de todas as pessoas e, desde então, fez da defesa dos direitos humanos um compromisso de vida.

Quando regressou a Portugal para exercer a profissão de professora, trouxe consigo essa dedicação e participou em várias reuniões antes mesmo da criação da secção portuguesa da Amnistia.

Foi nesse contexto que conheceu figuras pioneiras do movimento em Portugal, como Victor Nogueira, Nicolau de Bettencourt e Xana Lobo Antunes.

Mais tarde, os desafios da vida profissional limitaram o tempo que podia dedicar ao ativismo, mas nunca esmoreceu o seu envolvimento com

a causa. Com grande generosidade e profundo sentido de responsabilidade, escolheu incluir a Amnistia Internacional no seu testamento.

Esta decisão é um poderoso testemunho da sua confiança na nossa missão e do seu desejo de continuar a transformar o mundo, mesmo depois da sua partida.

O seu legado viverá em cada ação, cada campanha e cada vitória pelos direitos humanos que pudermos alcançar com o seu apoio.

Que o seu exemplo continue a inspirar quem acredita num mundo mais justo e solidário.



ACOLHER COM DIGNIDADE: COMUNIDADES QUE TRANSFORMAM VIDAS

Desde 2017, a Amnistia Internacional faz parte de um movimento global para abrir novos caminhos para a segurança através do patrocínio comunitário.

Os programas de patrocínio comunitário reúnem governos, sociedade civil e organizações como a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para capacitar as pessoas e comunidades locais – conhecidas como “patrocinadores” – a acolher refugiados e apoiá-los na reconstrução das suas vidas.

Os patrocinadores oferecem apoio emocional e ajudam em tarefas práticas, como encontrar uma casa, matricular as crianças na escola e aprender o idioma local.

Graças a esse esforço coletivo, mais de um milhão de refugiados foram acolhidos por milhões de patrocinadores em todo o mundo. Estas pessoas na **Argentina, Austrália, Irlanda** e no **Reino Unido** contam as suas histórias, revelando o impacto transformador que o patrocínio comunitário pode ter.



Eyad Jaabary (Eddy), da Síria, construiu uma nova vida em Buenos Aires, capital da Argentina, com a ajuda de uma comunidade solidária e agora trabalha para ajudar outros refugiados e incentivar mais pessoas a se tornarem patrocinadores. Aqui, Eyad é fotografado no escritório da Amnistia, a 7 de dezembro de 2024.

© Anita Pouchard Serra/Amnesty International



Eyad após terminar o seu trabalho, num autocarro urbano em Buenos Aires, Argentina, a 28 de novembro de 2024. "Ainda é uma experiência maravilhosa, como um sonho. É muito difícil pensar que um dia vais deixar o teu país e encontrar tudo o que procuras noutra país tão distante. Quando se vem de uma zona de guerra, precisa-se de paz".

Ciara e Frieda com Fawad e Fawzyah, que juntamente com as suas duas filhas se reinstalaram em Naas, Irlanda, vindos do Afeganistão com a ajuda de um grupo de patrocínio local, fotografados a 16 de janeiro de 2025. Fawzyah diz que pertencer à comunidade, fazer parte de uma família, é "a melhor sensação do mundo". Ela diz que, quando fala com a sua família no Afeganistão, descreve o grupo como a sua "segunda família".



Fawzyah Sarwary empurra a filha num balanço num parque local (16 de janeiro de 2025). Fawzyah, o marido Fawad Borha e as duas filhas reinstalaram-se em Naas, na Irlanda. Fawad diz que assim que chegou a Naas se sentiu em casa. "Fez-me lembrar a minha cidade natal", algo que ele não esperava.



© Amnesty International

OUTROS OLHARES

Em 2018, o Comitê de Boas-Vindas – um grupo comunitário de patrocínio, dedicado a apoiar refugiados a criar um novo lar no Reino Unido – acolheu Hatem, o seu filho Anes e o resto da família, do Iraque para o sul de Londres. O grupo de apoio encontrou uma casa para eles morarem, vagas na escola para as crianças e oportunidades para aprenderem inglês. Também criou um plano para apoiar a família na sua adaptação a Londres, incluindo acesso a cuidados de saúde, orientação na área local e perseguição de objetivos pessoais.



© Laura Pannack/Amnesty International



© Amnesty International

Hatem segurando a filha bebê de Khairun, membro do Comité de Boas-Vindas, no sul de Londres. Desde 2017, mais de um milhão de pessoas foram apoiadas em todo o mundo. Isto significa que milhões de pessoas locais, como o Comité de Boas-Vindas, estão a dar passos para acolher refugiados num espírito de conexão e solidariedade.





A patrocinadora comunitária Laura Aragona com Nang e a família na sua casa em Warrandyte, nos arredores do nordeste de Melbourne, Austrália, a 8 de abril de 2025. O pitoresco subúrbio boémio de Warrandyte tornou-se o lar improvável de uma família de seis pessoas que fugiu da violência em Mianmar em 2022.

A família foi patrocinada por um grupo de voluntários que, em colaboração com a organização Community Refugee Sponsorship Australia, mobilizou a solidariedade local para ajudar a criar um novo lar seguro para Nang e a sua família e uma oportunidade contínua de aprender sobre a sua rica cultura.



JOÃO GODINHO MARTINS

diretor-geral da
Amnistia Internacional Portugal

Quero estar convosco na linha da frente, a lutar por um mundo mais justo, onde os direitos humanos sejam uma realidade para todas as pessoas, independentemente de onde e como nasceram ou das circunstâncias em que vivem.



ESTAR CONVOSCO NA linha DA FRENTE

Aterrei em Díli a 4 de janeiro de 2012. Começava o sonho de trabalhar em prol dos outros. Tinha acabado de me juntar à Missão da ONU em Timor-Leste, com muita vontade de me dedicar aos outros, trabalhar com comunidades desprivilegiadas, ajudar quem mais precisa. Uma ideia muito romântica e talvez ingénu, agora admito.

Entretanto, passaram mais de dez anos. Olho para trás e vejo mais de uma década de guerras e de sofrimento, mas também de alegrias, vitórias e de muita humanidade. Passei por contextos extremamente desafiantes, entre eles – Iémen, República Democrática do Congo, Angola, Líbano e Síria. Estive em Kiev poucos dias depois dos soldados russos abandonarem Bucha, estava no norte de Angola quando mais de 30.000 refugiados atravessavam a fronteira a fugir dos horrores do Kasai, **tive o meu primeiro contacto com um investigador da Amnistia quando em 2016 a Arábia Saudita, com um míssil norte americano, bombardeou o hospital onde a minha equipa me esperava.** Conheci pessoas e testemunhei vidas que me marcaram para sempre — crianças-soldado, sobreviventes de violência sexual, migrantes em rotas perigosas, pessoas com deficiência completamente ignoradas, idosos abandonados, comunidades LGBTI sob ameaça constante.

Aterrei em Lisboa a 25 de maio de 2025. O sonho de trabalhar em prol dos outros continua. Moldado por tudo o que vivi. Com a bagagem de ter coordenado missões e liderado equipas humanitárias em diferentes países. Chego agora à Amnistia, com o mesmo entusiasmo e alguma da saudável ingenuidade que guardo – ainda com

muita vontade de me dedicar aos outros. Sabendo, hoje, que não basta aliviar o sofrimento, que é preciso combater as injustiças na sua raiz.

Vivemos num mundo cada vez mais injusto e desigual, numa sociedade dividida entre o ódio alimentado por líderes autocráticos e antagonismos crescentes. Guerras sem limites que destroem gerações. O impensável genocídio volta a acontecer. O individualismo e a discriminação enfraquecem as nossas democracias a um ritmo acelerado. As multinacionais movimentam-se com toda a impunidade, apoiadas por ricos cada vez mais ricos, à custa de todos. Em Portugal, jovens e adultos partilham casa porque não têm meios para se tornarem independentes. A crise climática, um dos maiores desafios do presente, parece tornar-se num problema do passado. Os *strongmen* do dia podem dizer tudo, mas muitos de nós já não podemos ser nós próprios.

Mais do que nunca, os Direitos Humanos estão sob ataque.

O mundo precisa da Amnistia Internacional e Portugal precisa de uma secção forte, dinâmica e impactante. E aqui, na Amnistia Internacional - Portugal, precisamos de todos vocês. Membros, apoiantes, ativistas. Conto convosco. Conto com o vosso apoio a esta equipa fantástica que estamos a reforçar. Quero olhar para o lado e ver-vos a sair à rua connosco. Quero estar convosco na linha da frente, a lutar por um mundo mais justo, onde os direitos humanos sejam uma realidade para todas as pessoas, independentemente de onde e como nasceram ou das circunstâncias em que vivem.



AFGANISTÃO: QUATRO ANOS DA GUERRA CONTRA AS ALEGRES. E O MUNDO CONTINUA A OLHAR PARA O LADO.

“Vejo o futuro no Afeganistão como se estivesse sentada numa cadeira. As minhas mãos e pernas estão amarradas, e não consigo mexer-me. Depois, alguém fecha a janela.”

Lima, professora universitária

Quatro anos! Quatro longos anos em que o Afeganistão se tornou o maior cárcere do mundo para as mulheres e meninas alegres. Nascer mulher tornou-se uma sentença de discriminação, pobreza e exclusão social.

Desde agosto de 2021, quando os talibãs retomaram o poder, aquilo que era promessa de respeito pelos direitos humanos depressa se revelou um plano metódico de perseguição e exclusão das mulheres da vida pública.

“Que não haja dúvidas, esta é uma guerra contra as mulheres, banidas da vida pública, impedidas de ter acesso à educação, proibidas de trabalhar, impedidas de circular livremente, presas, desaparecidas e torturadas, inclusive por se manifestarem contra estas políticas e por resistirem à repressão. Estes são crimes internacionais. São organizados, generalizados e sistemáticos”

Agnès Callamard, Secretária-Geral da Amnistia Internacional.

O que se vive hoje no país é apartheid de género, um crime contra a humanidade, já denunciado pela Amnistia Internacional e outras organizações, mas do qual ainda se carece de reconhecimento oficial, o que poderia forçar uma resposta global adequada.

As mulheres alegres perderam os seus direitos mais fundamentais: o direito à educação, ao trabalho, à saúde, à circulação. Proibidas de estudar a partir do secundário, afastadas das universidades e dos empregos em entidades públicas ou organizações não governamentais, foram, também, impedidas de viajar sozinhas e estão a ser progressivamente banidas da esfera pública. Isoladas, as alegres, vivem agora como prisioneiras nas suas próprias casas.

A par da repressão, o país afunda-se na pobreza extrema, com mais de 90% da sua população a viver, hoje, abaixo do limiar da pobreza. A fome é diária. O casamento infantil e a venda de órgãos humanos tornaram-se estratégias de sobrevivência.

A comunidade internacional assiste. Denuncia. Mas não age. Quatro anos passados, o apartheid de género imposto pelos talibãs continua sem ser formalmente reconhecido como crime pelo Direito Internacional. As medidas de pressão são insuficientes e o apoio às vítimas, exíguo.

A Amnistia Internacional continua a sua investigação no terreno, a documentar as violações de direitos humanos, a recolher provas e testemunhos e a apelar aos estados e comunidade internacional, para que se finde o apartheid de género.

**Hoje escolha, lutar pelas mulheres no Afeganistão e em todo o mundo.
Exija o reconhecimento do apartheid de género.**



Junte-se a nós! Saiba mais:

www.amnistia.pt/apartheid-afeganistao

EMERGÊNCIA AFGANISTÃO

A GUERRA DOS TALIBÃS CONTRA AS MULHERES

“Para as mulheres no afeganistão, é a morte em câmera lenta” Adila, jornalista afegã.

O Afeganistão, sob o regime talibã, é o país mais repressivo do mundo para mulheres e meninas. Hoje, quatro anos após a tomada de Cabul, os talibãs iniciaram uma nova fase de abusos e atos de discriminação. É urgente agir!

22 milhões de afegãos estão em risco. A pobreza, fome e falta de proteção social está a levar muitas das famílias afegãs a recorrer ao casamento infantil e venda de órgãos para sobreviverem. A perseguição às mulheres, a anulação dos seus direitos e a sua exclusão da vida pública é um crime contra a humanidade.

É Apartheid de Género. Junte-se, a nós e exija que o mundo o reconheça como tal.

PROTEJA-AS, DOE AGORA!

AJUDE COM O SEU DONATIVO

Entidade: **21721**

Referência Multibanco: **066000013**

Montante: o que puder

MB WAY 939 076 340 IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Para receber o recibo do seu donativo, envie o comprovativo e os seus dados com a referência “Apartheid de Género no Afeganistão AGIR” para o e-mail info@amnistia.pt.

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/apartheid-afeganistao

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**

